

# A IMAGINAÇÃO DO ESPAÇO E O TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM CARTAZ PUBLICITÁRIO<sup>1</sup>

Prof. Ms. Anedmafer Mattos Fernandes<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
[mafermattos@hotmail.com](mailto:mafermattos@hotmail.com)

Prof. Dr. Cláudio Benito O. Ferraz<sup>3</sup>  
FCT/UNESP  
[cbenito2@yahoo.com.br](mailto:cbenito2@yahoo.com.br)

## RESUMO

Refletir sobre espaço por outras imagens e pensamentos, para além daquelas já instituídas pelo discurso oficial da geografia e seu ensino, desdobra-se da necessidade de traçarmos linhas de fuga da estrutura arborescente do pensamento, ou seja, de colocar o pensamento em movimento constante. Por isso, neste ensaio, a intenção é problematizar acerca da leitura e da imagem do espaço enquanto conceito fundamental do discurso científico da geografia frente aos elementos culturais vivenciados pelos indígenas Guarani. Elementos estes que, a nosso ver, potencializam outras perspectivas para o imaginário dos não indígenas quanto à dinamicidade e multiplicidade da espacialidade atualmente vivenciada, daí abordarmos o conceito de território como algo não acabado, mas em processo a partir de um cartaz publicitário em que um grupo de proprietário rurais delineiam o desejo de solução para o conflito de terras no Mato Grosso do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço; Território; Geografia; Imagem

## 1 – INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, a Famasul, Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, uma das 27 entidades sindicais que integram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e que representa dos interesses dos produtores e dos sindicatos rurais de Mato Grosso do Sul, organizou uma mobilização nacional para reivindicar alterações no atual sistema de demarcação de terras indígenas no país. Para divulgar amplamente essa campanha, a organização criou um cartaz que foi distribuído em forma de outdoors, panfletos e adesivos. No cartaz, o lema da campanha “ONDE TEM JUSTIÇA, TEM ESPAÇO PARA TODOS”, acompanhava uma imagem que procurava demonstrar a possibilidade de coexistência pacífica entre o agronegócio e os indígenas:

---

<sup>1</sup> As ideias aqui presentes resultam das atividades realizadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas e integra o **Projeto Imagens, Geografias e Educação** - Processo CNPq 477376/2011-8.

<sup>2</sup> Professor de Geografia do IFMS – Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>3</sup> Vinculado ao Departamento de Educação da UNESP de Presidente Prudente (SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (MS). Coordenador do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas



Figura 1  
Foto: Divulgação / Famasul

Como professor de geografia, percebemos que com a sobrecarga de imagens a qual nossos estudantes estão submetidos o nosso trabalho vai além dos livros e dos materiais didáticos tradicionalmente estabelecidos. Nosso trabalho deve envolver também as reflexões e análises em torno da construção dessas imagens que influenciam o imaginário social, em especial dos jovens e estudantes. Por isso, optamos em abordar a imagem acima para observar a sua correspondência com os processos de subjetivação que com ela e a partir dela se constroem e estabelecem parâmetros para uma determinada imaginação do mundo.

Para além da “boa intenção” que direciona a produção desta imagem, devemos observar o evidente desconhecimento do “outro” - no caso o indígena - com o qual se quer manter uma “coexistência pacífica”. Nesta imagem amplamente divulgada pela cidade de Campo Grande e outras cidades do Mato Grosso do Sul, os indígenas são representados a partir da perspectiva dos não-indígenas que prontamente indicam no cartaz que há espaço suficiente para os dois grupos conviverem. Enquanto professor de geografia, duas coisas nos chamam a atenção. Vamos então abordar esses dois pontos.

## 2 – IMAGINANDO O SER INDÍGENA

A primeira diz respeito à representação dos indígenas e a maneira com são tratados pelo discurso hegemônico. Para compreender melhor a essa questão, nos remeteremos ao trabalho de Teresinha Silva de Oliveira (2003), no qual a autora procura aprofundar a questão de como o indígena é usualmente apresentado para os não-indígenas por um rol de artefatos culturais<sup>4</sup> (como jornais, revistas, livros didáticos, programas de televisão, selos, cartões postais etc.) e os discursos que circulam nessas produções, os quais reforçam e produzem determinadas formas de conceber o outro, fixando no imaginário social o sentido de identidade dos indígenas.

O trabalho da autora é uma minuciosa análise sobre os vários olhares lançados sobre o índio traduzidos através de fotografias, gravuras, pinturas e textos, observando que artefatos, como os exemplos presentes em selos e moedas, incluem imagens que nos

<sup>4</sup> Percebe-se que a autora compreende os artefatos culturais, como aquilo que foi produzido por determinada cultura e que no contexto dessa mesma cultura, revelaria as condições de sua criação. Um exemplo seriam os objetos produzidos por um determinado grupo, que revelariam maneiras de se vestir, a formas de comunicação, além dos valores, normas criadas e mantidas por seus membros.

informam e nos interpelam com a mesma autoridade do texto escrito. Segundo ela, é importante que se elabore estratégias pedagógicas perpassando os discursos que circulam nesses artefatos, que não podem ser tomados como “inocentes” ou banais. Na verdade, os conceitos articulados nessas produções são resultados de um conjunto de práticas e discursos que se estabelecem socialmente e, portanto, a partir de relações de poder, dessa forma, os significados atribuídos aos “outros” são expressões dessas relações. Por exemplo, os processos de naturalização do sentido do outro em meio a afirmação do “nós” como não-indígenas são sutis e não percebidos como forma de delimitar e fixar uma imagem que nega ao outro a sua autonomia e direito a autodeterminação identitária. Como exemplo, podemos destacar, a partir da autora, que até campanhas e ações de políticas públicas que objetivam valorizar e defender a causa indígena acabam reforçando as visões estereotipadas e simplistas com que usualmente se entende o sentido dos indígenas para o conjunto hegemônico da sociedade brasileira atual:

Ao fazerem a representação de índios(as) através dos produtos que atendem a suas demandas, empresas como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por exemplo, através da emissão de selos que focalizam traços atribuídos a esses povos, como máscaras, pintura corporal, peças artesanais, “desapropriam” o índio de sua identidade pessoal e o mostram de forma que detalhes como pintura, pareçam essenciais, além de sugerir que as referidas imagens resultam da solicitação dos fotografados (OLIVEIRA, 2003 p. 30).

De fato, essas representações do indígena procuram essencializar ou naturalizar determinados comportamentos. No caso desta imagem, pode se ver que uma “boa intenção” também acaba por reproduzir nosso modelo hegemônico de como o “outro” deve ser.

Ao desdobrarmos as considerações feitas a esse exemplo para a imagem que elegemos, podemos observar que os responsáveis pela campanha se colocam como empresários progressistas e comprometidos com a justiça social, daí a simetria perfeita entre a metade da peça publicitária ser ocupada pelos referenciais imagéticos que identificamos facilmente como os pertencentes a cultura indígena e a outra metade relacionada com a da produção agropecuária.

Nesse cartaz publicitário, os proprietários de terras e indígenas são apresentados em uma imagem dicotomizada que tem como seu agente elaborador o não indígena. Diante disso, o que se destaca na composição imagética é o que está de fora, ou seja, o que parece estar ausente mas se apresenta intrinsecamente relacionado com que ali se explicita de forma imediata. Instaura-se nesse processo uma imagem simplificada, elaborada a partir de discursos criados sobre modelos representacionais insuficientes, generalizantes e distantes, principalmente em relação aos grupos sociais que mais sofrem com o poder político dos interesses macroeconômicos.

Os indígenas, nesta imagem, são representados como seres em harmonia com a natureza, ingênuos e puros, mas que podem ser facilmente vistos como primitivos, quando essa parte da peça publicitária se tensiona com a outra metade. Esta, por sua vez, tem sua imagem associada aos aspectos produtivos, graças a maior tecnologia, investimento financeiro e retorno econômico. Os indígenas assim são delimitados como atrasados, incivilizados, que desperdiçam uma grande quantidade de terras para apenas caçarem alguns animais. Essas terras se tornam “improdutivas”, pois não agregam nenhum valor, o que aumenta o desemprego e diminui a produção de alimentos para o conjunto da sociedade. Essa é, de fato, uma representação insuficiente e tendenciosa sobre os indígenas.

Como a discussão sobre essa polêmica está se dando pela perspectiva dos não indígenas, a solução perante esse impasse de leituras e objetivos acaba sendo a de se tomar o outro, no caso os indígenas, como: ou atrasados que precisam se incorporar aos novos padrões culturais do modo de vida tecnointustrial dos civilizados urbanos; ou como um grupo cultural injustiçado que precisa ter seu modo de vida tradicional preservado do danoso contato com os brancos. Os indígenas são, portanto, padronizados e anulados em suas singularidades e especificidades para mais facilmente serem representados como o diferente que podemos eleger como o “outro” (FERRAZ; NUNES; ALONSO, 2011, p.08).

Como desdobrar desse imaginário sobre o que vem a ser indígena por parte dos não indígenas, temos o segundo ponto a ser destacado de nossa abordagem do cartaz aqui analisado, ou seja, o que destacamos quanto a imagem do espaço e sua expressão no sentido de território.

### **3 - A IMAGINAÇÃO DO ESPAÇO**

A segunda questão que destacamos corresponde à maneira como o conceito de espaço está sendo abordado na composição imagética aqui analisada. No dia a dia da escola, quando tratamos da questão indígena no Mato Grosso do Sul é muito fácil observar uma tendência de nossos alunos (obviamente que essa visão é compartilhada com pais, amigos e até mesmo outros professores) a imaginar que os indígenas poderiam ser retirados do estado e levados para outro lugar a fim de evitar os conflitos de terra. Uma vez que a noção dominante é a de que os indígenas não produzem nada, mantendo ociosa uma grande extensão de terra, as comunidades indígenas são vistas como objetos que podem ser realocados de acordo com as necessidades sociais, sociedade que majoritariamente é de não indígenas, sendo que a grande maioria desses não são os proprietários de terras, mas acabam incorporando esses referenciais imagéticos como forma lógica que naturaliza a justificativa de ter que se retirar os empecilhos do progresso econômico, portanto, esses empecilhos se tornam não-humanos, apenas objetos, coisas que precisam ser removidos do lugar em que se encontram.

Na imagem em questão, de um lado temos o espaço sendo utilizado para a produção e de outro nada é produzido. Se nada é produzido no espaço indígena, eles poderiam viver desta mesma maneira em qualquer lugar desde que coberto de mata nativa com animais para caçar e frutas para colher. Deslocar populações indígenas é uma constante no histórico do MS e sempre correspondeu às possíveis soluções para o Estado frente a problemática da propriedade da terra quando as frentes de expansão econômica atingem os locais em que os chamados “nativos” estão localizados.

O que podemos destacar dessa forma de encarar o problema, assim como de solução, é que isso é efeito e causa de uma dada maneira de se pensar e imaginar o espaço, portanto, de ler geograficamente o mundo. Podemos observar que a geografia, tal como se apresenta no currículo escolar, contribui em grande medida para essa visão. Um exemplo disso é quando aplicamos conceitos articuladores da linguagem geográfica, como território, para entender a forma de organização sócio-espacial dos povos indígenas:

Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente,

forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado (LADEIRA, 2008, P.85).

Nossa concepção de território circunscreve o mesmo a uma extensão física na qual se exerce algum tipo de controle e poder, delimitando uma região de ação segundo nossas necessidades e interesses; tal concepção é entendida como a única possível e resiste a ideia de outras formas de criações territoriais, ou de até não se precisar dessa imagem conceitual para se viver. Quando nossa sociedade entra em contato com alguma cultura que não possui essa mesma perspectiva de território, como o caso da indígena, acaba-se justificando as formas como o poder, tanto o econômico quanto o político, tende a querer eliminá-la ou incorporá-la ao nosso padrão espacial de referência, já que majoritariamente para o nosso arranjo societário não se concebe a organização social sem uma base territorial a ser administrada e gerenciada pelas forças do Estado-Nação.

É isso que aprendemos nos livros didáticos e aulas de geografia. Ou seja, os livros e conteúdos geográficos não questionam esse sentido único e dogmático de território, pelo contrário, homeopaticamente, na rotina das salas de aula, exercita-se uma introjeção dessa imagem espacial como a única possível para se viver em sociedade. Fazendo uso de um exemplo relativo ao Mato Grosso do Sul, quando os livros de geografia trazem a discussão da questão indígena, na maior parte das vezes podemos ver um mapa do estado com a representação das terras indígenas como se fossem enclaves sobre a “superfície Mato Grosso do Sul”.

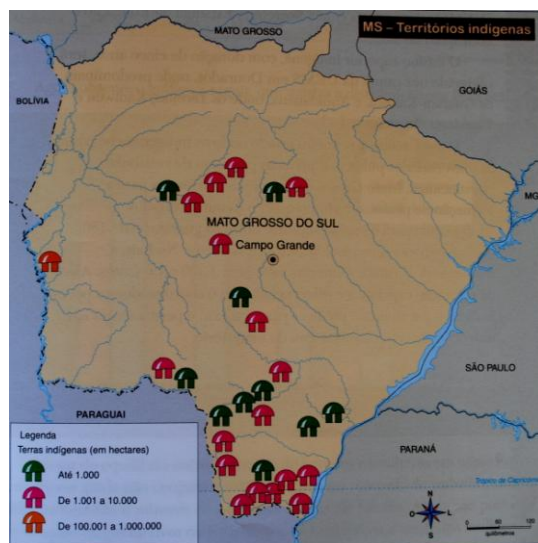


Figura 2

Fonte: Atlas Nacional do Brasil, IBGE.

Isso é preocupante, e nossa preocupação passa por um assunto fundamental colocado por Doreen Massey (2005). A autora chama a atenção para o fato de que os “mapas (mapas atuais do tipo ocidental) dão a impressão de que o espaço é uma superfície que é a esfera de uma completa horizontalidade” (MASSEY, 2005, P.160). Em outras palavras, a autora está preocupada com a maneira como imaginamos o espaço:

A imaginação do espaço como uma superfície sobre a qual nos localizamos, a transformação do espaço em tempo, a clara separação do lugar local em relação ao espaço externo são todos meios de controlar o desafio que a espacialidade, inerente ao mundo, apresenta (MASSEY, 2005, P.26).



A autora coloca um problema crucial para pensarmos: a maneira como imaginamos o espaço faz toda a diferença sobre o mundo que projetamos; e a geografia, no contexto do ensino, pode contribuir para visões extremamente distorcidas e perigosas com relação a outras culturas, povos e lugares:

[...] Esse modo de conceber o espaço pode assim, facilmente, nos levar a conceber outros lugares, povos, culturas, simplesmente como um fenômeno “sobre” essa superfície. Não é uma manobra inocente; desta forma, eles ficam desprovidos de história. Imobilizados, esperam a chegada de Cortés (ou a nossa, ou a do capital global). Lá estão eles, no espaço, no lugar, sem suas próprias trajetórias. Tal espaço torna mais difícil ver, em nossa imaginação, as histórias que os astecas também estavam vivendo e produzindo (MASSEY, 2005, P.23).

Massey está justamente questionando a esse sentido uniforme de espaço, fruto de uma evolução histórica e linear, o que justifica o projeto societário que vivemos, assim como tal concepção delimita os problemas e soluções a esse desenvolvimento histórico único da espacialidade atual; com ela nos identificamos quando esse espaço único se materializa em uma base territorial sobre a qual se exerce o poder de alguns privilegiados economicamente com o aparato estatal no controle e gerenciamento do território. Contudo, quando nesse mesmo espaço encontramos outros sentidos de vivências territoriais, ou até de grupos sociais que não precisam desse sentido territorial para organizar suas existências, essa concepção hegemônica sofre rasuras, ou seja, o desejo de homogeneidade espacial entra em crise; desterritorializam-se pensamentos e imaginários até então tidos como únicos. Daí a reação para com esses “outros” que apontam outras histórias e sentidos múltiplos para o que se entende por território e espaço. O medo da perda de controle e do exercício do poder sobre o território é que alavanca as práticas que visam negar, abafar e até eliminar esses “outros”.

Façamos uma reflexão sobre isso considerando a imagem em discussão. Temos então o Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com uma grande população uniformemente entendida como “indígena”, com imigrantes de diversas levas vindos de vários lugares do Brasil. Pensemos nesta multiplicidade de trajetórias diante da visão hegemônica e homogenizadora do cartaz. O que esta imagem, divulgada amplamente pela campanha da Famasul por toda Campo Grande e outras cidades do Mato Grosso do Sul realmente nos ensina? O que ela defende como coexistência pode ser considerada como parte desta leitura de mundo tendenciosa e parcial? Será que quando esta imagem defende a diversidade e a “convivência pacífica” não estaria dispondo essa diversidade sobre uma superfície generalizante, uma maneira padronizadora de estabelecer uniformização do sentido correto de se ler, resolver e, mais sério ainda, de identificar o problema?

De que maneira a análise que fizemos interessa às discussões relativas ao ensino de geografia? Na verdade, nós, professores de geografia, sabemos que devemos relativizar quando tratamos de diferenças culturais. Podemos defender de várias maneiras as minorias, mas um dos pontos que nunca fica claro para nossos alunos é o fato de que, como nos diz Deleuze e Guattari (2008, p.61), “uma das razões da hegemonia do Ocidente foi a capacidade que tiveram seus aparelhos de Estado para estriar o mar, conjugando as técnicas do Norte e as do Mediterrâneo, e anexando o Atlântico”. Ou seja, a forma hegemônica de agir e pensar o mundo é resultado de uma maneira específica de se conceber e tratar a questão espacial.

Esta problemática não nos serve apenas para justificar as diferenças tecnológicas e culturais dos diversos grupos humanos ou porções territoriais, que não são entendidos

como múltiplas histórias na coetaneidade espacial, mas sim como diferentes graus na hierarquia de desenvolvimento econômico e social a partir do referencial único do arranjo societário entendido como o mais evoluído, que é o padrão ocidental e capitalista. Mais do que isso, Deleuze e Guattari nos fazem ver que o mundo ocidental se constrói a partir de um processo em que se territorializam as forças do pensamento de Estado, ou seja, um pensamento arborescente, pautado na ideia de hierarquia da evolução linear da espacialidade capitalista, a qual possui uma base territorial controlada e administrada pela máquina de Estado. Para os autores o contraponto ao Estado é a Máquina de Guerra Nômade.

#### **4 - O ESTADO, A MÁQUINA DE GUERRA E A EDUCAÇÃO**

Na filosofia política que desenvolveram, os autores franceses contrapõem as figuras do Estado e da Máquina de Guerra. O Estado é uma invenção dos sedentários, dos povos que vivem em cidades. O Estado atua, sobretudo, pelo estriamento do espaço e das relações, criando normas, regras, técnicas, burocracias, modelos, contenção e direcionamento de fluxos. “O Estado se faz através e pela territorialização, não se definindo pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar” (DELEUZE & GUATTARI, 2008, p.19). O pensamento passará pelo corte/fluxo proposto pelo aparelho de Estado, e será codificado dentro de uma estrutura que Deleuze e Guattari chamarão de “forma-Estado desenvolvida no pensamento”:

Acontece de criticarem conteúdos de pensamentos julgados conformistas demais. Mas a questão é principalmente a da própria forma. O pensamento já seria por si mesmo conforme a um modelo emprestado do aparelho de Estado, e que lhe fixaria os objetivos e caminhos, condutos, canais, órgãos, todo um *organon*. Haveria portanto uma imagem do pensamento que recobriria todo o pensamento, que constituiria o objetivo especial de uma “noologia”, e que seria como a forma-Estado desenvolvida no pensamento (DELEUZE & GUATTARI, 2008, p.43).

O caso é que Estado só é soberano se for capaz de interiorizar, de apropriar-se localmente (DELEUZE & GUATTARI, 2008). Para isso, o atributo mais importante da forma-Estado, como interioridade, é “a tendência a reproduzir-se, idêntica a si através de suas variações, facilmente reconhecível nos limites de seus polos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta)” (DELEUZE & GUATTARI, 2008, p.24). Não é difícil observar que, quando Dorren Massey nos expõe sua preocupação sobre a maneira pela qual o espaço é imaginado, sua angústia parece estar no fato de que o espaço, enquanto conceito fundamental para a análise geográfica, guarda em si um gesto cultural, além de ser a expressão de um *organon* agenciado por este mesmo gesto cultural em nome da conservação das relações de poder que o favorecem. O espaço “superfície” seria, portanto, parte de uma estrutura de pensamento que pensa o mundo a partir de determinadas imagens e quer reproduzi-lo à sua semelhança.

Para que possamos pensar nesta questão no campo da geografia, ou melhor, do ensino de geografia, vamos observar, a partir de Silvio Gallo (2003), o funcionamento dos conceitos de Estado e Máquina de Guerra Nômade no campo da educação. Segundo o autor, a educação pode ser separada em dois estratos, a educação maior (correspondente da lógica de Estado) e a educação menor (correspondente da Máquina de Guerra Nômade):

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos (GALLO, 2008, p. 64-65).

O autor ainda aponta que os próprios envolvidos na discussão sobre a Educação, um campo que poderia primar pela multiplicidade, já que é atravessado transversalmente pela filosofia, pelas diversas ciências, pela arte, pelas forças do cotidiano em geral, corroboram para essa educação maior, exatamente quando buscam modelos fechados e racionalmente eficientes, procurando dessa maneira legitimar-se pelo discurso técnico-cientificista:

(A Educação) tem historicamente buscado sucumbindo a esta vontade de verdade, a esse mito moderno, criado pelo positivismo. (...) Nesta terra caótica que é o platô Educação, loteada e povoada por metodólogos, sociólogos filósofos, psicólogos, historiadores, cientistas políticos, além dos chamados “especialistas em educação”, grassa a opinião, que se arvora em defensora contra o caos. Estão todos à procura de novidades, estão em busca da “identidade” da Educação. Mas quanto mais prolifera a opinião, dando a ilusão de que se foge do caos, mais ele nos enreda e nos lança na direção de um buraco negro, de onde já não será possível escapar (GALLO, 2008, P. 56).

Em face desta problemática, o autor ainda coloca: “como pensar e produzir, nesse início de século XXI, uma educação revolucionária, por mais démodé que isso possa parecer?” (GALLO, 2008, p. 63). No caso do ensino de geografia, e na questão aqui proposta, como seria possível pensar o ensino de geografia, no contexto do Estado do Mato Grosso do Sul, com toda diversidade étnico-cultural já descrita anteriormente, superando as concepções já consolidadas de espaço como superfície e trabalhando para uma lógica que conserva, mas um pensamento aberto aos devires. A questão pode ser colocada novamente dentro das reflexões de Doreen Massey:

Estou interessada em como poderíamos imaginar espaços para estes tempos, como poderíamos buscar uma imaginação alternativa. Penso que o que é necessário é arrancar o “espaço” daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora (MASSEY, 2005, p. 35).

O que aconteceria se nós, por exemplo, professores de geografia, ousássemos devir em nós uma Máquina de Guerra Nômade, e “procurássemos reorientar essa imaginação, questionar esse hábito de pensar o espaço como superfície? Se, em vez disso, concebêssemos um encontro de histórias, o que aconteceria as nossas imaginações implícitas de tempo e espaço?” (MASSEY, 2005, P.23).

No Mato Grosso do Sul, temos elementos instigadores para esta discussão. Os próprios conflitos de terra indígenas são um desdobramento dos contrapontos entre a lógica de Estado e a Máquina de Guerra Nômade, um encontro de histórias, de trajetórias. E sobre isso Deleuze e Guattari (2010) nos apontam que se entendermos a territorialidade como um princípio de repartição geográfica fixa, a máquina social



primitiva não será considerada territorial. Para os autores, o aparelho de Estado substitui a organização da máquina social primitiva por uma organização geográfica fixa, isto porque o Estado atua por territorialização. A questão aqui parece ser a das diferentes concepções de território, resultante das diferentes formas de se imaginar o espaço. Se por um lado o aparelho de Estado atua por territorialização e por isso procura estabelecer limites precisos no espaço, é consequência da própria imaginação de um espaço fixo. De outra maneira seria uma concepção de território dentro da perspectiva de um pensamento nômade. E é para este fato que Deleuze e Guattari chamam a atenção quando dizem que:

Quando uma divisão incide sobre a própria terra devido a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não se pode ver nisso a promoção da territorialidade, mas, ao contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização sobre as comunidades primitivas. A unidade imamente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de natureza totalmente distinta, que é a unidade de Estado; o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se encarrega agora tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p.194).

Se a própria noção de território está associada à concepção de espaço como superfície e nos obriga a pensar o território como algo fixo, a terra perde o seu status de substrato da vida para que o Estado, a unidade transcendente, impere como referência. Assim, o que a máquina de Estado moderna fez foi buscar eliminar o sentido dinâmico do nomadismo primitivo, selvagem, para fixar as concepções e os processos de controle territoriais. Para tal, o território se restringiu a uma base física enquanto terra demarcada, denominada, dominada.

Portanto, a vinculação do significado de território aos limites da terra demarcada desloca-a de seu próprio contexto territorial. Essa ilusão induzida, de a terra se consistir no território indígena, leva a sociedade nacional a crer na necessidade de ainda maior confinamento das populações indígenas no interior das terras demarcadas e ao desconhecimento eficaz da existência de outras territorialidades. No âmbito das políticas públicas, as Terras Indígenas – sobretudo no Sul, Sudeste, Nordeste e no Mato Grosso do Sul – são tratadas como “ilhas” isoladas, como fragmentos de um “antigo território”, desfigurado, asfixiado e retalhado pelos mesmos agentes e fatores que produziram essas categorias (LADEIRA, 2008, p. 89).

Vemos isso claramente na figura 2, temos ali a imagem dessa concepção criticada por Ladeira, pois a imagem espacial que deduzimos do mapa expressa a representação do espaço como uma base material em que se delimitam os pedaços que o compõe, definindo as áreas indígenas no interior do território administrado pelo Estado. Contudo, as culturas indígenas que aí foram colocadas provocam tensões nessa concepção uniforme e dogmática de território, ou seja, exatamente porque, numa perspectiva do pensamento Máquina de Guerra Nômade, o território se constrói numa relação imanente com a terra e não como algo que sobre ela se deposita enquanto demarcação que fixa seus usos e formas de controle.

A noção de território em Deleuze e Guattari é a da Máquina de Guerra, possui um sentido existencial e expressivo, aponta para algo em constante construção, de demarcação de subjetividades. “Um território não existe de antemão, ele se faz, se constrói; suas marcas se dão por atos que se fazem expressivos, componentes do meio tornados qualitativos” (OBICI, 2008, p.73). Território, portanto, não é algo já dado a priori, mas é condição das relações múltiplas e nômade que se espacializam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OUTRAS FORMAS DE SIGNIFICAR

A partir do exposto, temos o fato de que a modernidade industrial e capitalista usou de uma ideia de racionalidade científica para fundamentar e enquadrar os processos de arranjo societário a partir de uma concepção de território como base material de um sentido de espaço uniforme e fixo, passível de controle, principalmente pela lógica Estatal, entendendo assim as diferenças que ocorrem em seu interior com graus distintos na hierarquia do desenvolvimento econômico e cultural dos grupos humanos. Dessa forma, todo e qualquer arranjo societário é avaliado a partir da forma como usa seu território, avaliação que toma como referência a mesma ideia/imagem de espaço.

O caso da imagem divulgada pela Famasul mostra o quanto talvez estejamos despreparados para lidar com a problemática de se pensar outras possibilidades de se pensar e imaginar o espaço. Esse é um desafio para a geografia, notadamente para o trabalho em sala de aula, sobretudo porque a imagem em questão visa passar uma mensagem: A solução para os conflitos territoriais no Mato Grosso do Sul. O problema é que a peça publicitária em questão transmite uma mensagem que vincula essa comunicação a uma concepção de espaço que naturaliza determinada concepção de mundo. Para entender melhor o que ali se revela e se oculta, é necessário um exercício de análise de composição de determinados aspectos da linguagem ali empregada. Estabelecer a relação entre o que está ali manifesto e o que está de fora, mas ali provoca rasuras.

Observemos as cores. O azul do céu amarrando os dois territórios, provocando assim maior distância entre os mesmos, já que o produtivo é verde suave e aponta para o horizonte do céu, já o indígena e cinza/marrom, sem horizonte visível. Como que enclausurado em uma imobilidade econômica e social. Parado no tempo.

E o texto? O que nos diz? “justiça” e “espaço” “para todos”. Sim, mas “justiça” de quem? Espaço como uniformidade e “todos” como igualação do não igual? Ao separar esses corpos signícos não se permite entender que a questão está na diferença e que “Justiça” seria a possibilidade de espacializar a multiplicidade das diferenças.

E se o texto está colocado do lado dos produtores, é para indiciar quem está falado e para quem se está falando. Destacamos: “tempo”, “produtividade”- “subsistência” e “sem conflitos”. Tempo uma linha sequencial em que o agora exige ação rápida para se realizar o amanhã conforme o desejado por aqueles que agem, ou seja, produzem, produtividade na relação direta com subsistência, a primeira delineando o sentido de processo de enriquecimento e desenvolvimento, a segunda de apatia, imobilidade e atraso. Tudo isso amalgamado pelo sentido de “sem conflitos”, como idealização de relações em que se negam as diferenças, mas se afirma a uniformidade do “nós” em definirmos como os “outros” devam ser e se comportar – subsistentes e conformados.

Diante de imagens tão poderosas como essa, que se confundem e confirmam àquelas dos livros didáticos, o trabalho do professor de geografia pode se tornar bem mais complexo do que imaginamos. Como discutir a diversidade cultural e o direito à diferença nos precários ambientes em que atuam os professores, diante da força imagética dessas representações? Se quisermos então, abordar e discutir com os estudantes a questão das comunidades indígenas em sala de aula, talvez não faça muito sentido insistir nos mapas e nas representações, mas buscar nos elementos próprios dessas culturas elementos que potencializem novas imagens; a potência das minorias:

A potência das minorias não se mede por sua capacidade de entrar e de se impor no sistema majoritário, nem mesmo de reverter o critério necessariamente tautológico da maioria, mas de fazer valer uma força dos conjuntos não numeráveis, por pequenos que eles sejam, contra a força dos conjuntos numeráveis, mesmo que infinitos, mesmo que revertidos ou mudados, mesmo que implicando novos axiomas ou, mais que isso, uma nova axiomática (DELEUZE & GUATTARI, 2008, P.175).

Talvez tenhamos que compreender que os problemas que enfrentamos em sala de aula não dependem de uma solução universal, e que a resposta não se dará exclusivamente por forças macro escalares. Talvez devamos nos abrir para as potências das minorias e conjurar a força do aparelho de Estado, não pelo seu contingente apenas, mas por colocar em funcionamento uma Máquina de Guerra que agencie em si o cálculo dos conjuntos não numeráveis. Segundo Deleuze e Guattari (2008, P.175), isso não passaria pelo *organon* do Estados, mas por um devir das minorias.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, Vol. 2, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, Vol. 3, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, Vol. 4, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, Vol. 5, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo.** Tradução: Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- FERRAZ, Claudio Benito de Oliveira, NUNES, Flaviana Gasparotti, ALONSO JUNIOR, José Lázaro. **Identidade Territorial: do “outro” ao “outrem” - introdução ao conflito entre indígenas e fazendeiros no MS.**
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significados, Constituição e Uso:** São Paulo: Edusp, 2008.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- OBICI, Giuliano. **Condição da Escuta: Mídias e Territórios Sonoros.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- OLIVEIRA, Teresinha Silva. **Olhares que fazem a “diferença”: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais.** IN: Revista Brasileira de Educação, p. 25-34 n.22 Rio de Janeiro. 2003.